



FLUXOS MATERIAIS E IMATERIAIS: uma topografia dos mercados de drogas ilegais na história recente da Bahia

Antonio dos Santos Lima

Este artigo foi fruto do EDITAL N° 01/2020 - Premiação Aldir Blanc Bahia
Prêmio FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, categoria MEMÓRIA

Apoio financeiro



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Ficha catalográfica gerada pela equipe de Bibliotecárias da Gerência técnica – Getec.

L696f Lima, Antonio dos Santos.
Fluxos materiais e imateriais: uma topografia dos mercados de drogas ilegais na história recente da Bahia/ Antonio dos Santos Lima. – 2021.
24 f.

Produto editorial produzido através da Lei Aldir Blanc Bahia, Prêmio Fundação Pedro Calmon - Categoria Memória, 2020.

1. Drogas ilegais. 2. Drogas ilegais - Bahia. 3. Organizações criminais. I. Artigo científico. II. Título.

CDD 362.2937
20. Ed.



FLUXOS MATERIAIS E IMATERIAIS: uma topografia dos mercados de drogas ilegais na história recente da Bahia.

Resumo

O objeto deste artigo é a formação, o desenvolvimento e a expansão, na Região Metropolitana de Salvador – RMS, e no interior do estado, de um modelo de mercado de drogas ilegais submetido ao controle de organizações criminais locais interrelacionadas com grupos homônimos, originários do Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país. Trata-se de uma análise longitudinal, que abrange o período entre o final da década de 1990 aos dias correntes. Os resultados apresentados descrevem o modelo organizacional, hierarquizado, belicoso, com divisão funcional e de formato exclusivista que se tornou preponderante e expandiu suas redes comerciais neste intervalo de tempo. No sentido de possibilitar a compreensão da atual configuração dessas estruturas organizacionais ilegais, territorializadas, belicosas e baseadas no recurso universal à violência, foram elencados seus elementos explicativos fundamentais, como políticas punitivistas, o consequente encarceramento em massa, a ausência de cobertura legal e institucional em áreas pobres e segregadas e as transformações na lógica geral do mundo crime, com a ampliação de uma rede nacional de fluxos criminais materiais e imateriais.

Palavras chave: Drogas ilegais, políticas punitivistas, organizações criminais.

Abstract

The object of this article is the formation, development and expansion, in the Metropolitan Region of Salvador – MRS, and within the state, of a model of illegal drugs market submitted to the control of local criminal organizations interrelated with homonymous groups, originating in the North, Midwest and Southeast of the country. This is a longitudinal analysis, which covers the period between the end of the 1990s and the current days. The results presented describe the organizational model, hierarchical, bellicose, with functional division and exclusivist format that became predominant and expanded its commercial networks in this period of time. In order to make it possible to understand the current configuration of these illegal, territorialized, bellicose organizational structures based on the universal use of violence, their fundamental explanatory elements were listed, such as punitive policies, the consequent mass incarceration, the absence of legal and institutional coverage in poor and segregated areas and changes in the general logic of the criminal world, with the expansion of a national network of material and immaterial criminal flows.

Keywords: illegal drugs, punitive policies, criminal organizations.

FLUXOS MATERIAIS E IMATERIAIS: uma topografia dos mercados de drogas ilegais na história recente da Bahia.

Antonio dos Santos Lima¹

INTRODUÇÃO

O objeto deste artigo é o processo de formação, desenvolvimento e expansão, na Região Metropolitana de Salvador – RMS, de mercados de drogas ilegais controlados por organizações criminais interrelacionadas com grupos homônimos originados no Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país. Na Grande Salvador, até o final da década de 1990, o comércio de maconha era mais amplamente difundido e praticado de modo avulso e independente na capital e no interior do estado. Nesta etapa do seu desdobramento, a comercialização era irrestrita, aberta, dependendo apenas da disposição de quem se propunha a vender. Na primeira metade dos anos 2000, um modelo organizacional, hierarquizado, belicoso, com divisão funcional e de formato exclusivista se tornou preponderante e expandiu as redes comerciais, transformando a cocaína em sua principal mercadoria.

Três principais fatores foram fundamentais à consolidação deste novo modelo estrutural e organizacional. Primeiro, as políticas punitivistas, já praticadas na Bahia naquele período, ampliaram o universo dos encarcerados e a conformação da organização de grupos de internos voltados ao apoio mútuo e a práticas criminais dentro e para fora do sistema prisional. Segundo o desenvolvimento de rotas e parcerias comerciais expandiu os fluxos materiais (entorpecentes, armas de fogo e insumos) e imateriais (estatutos, simbologias, etc.) entre organizações criminais em solo nacional e internacional. Terceiro, a ausência de cobertura legal e institucional em áreas pobres, segregadas, de urbanização informal, de exclusão existencial, política, econômica e social permitiu o espaço urbano para sua territorialização.

¹ Antônio dos Santos Lima é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

Em outros termos, o ambiente sociopolítico-institucional e a dinâmica dos mercados de drogas ilegais foram os pilares da ampliação de configuração criminal sem precedentes na região nordeste. Em conexão com o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), internos e egressos do sistema prisional local, em parcerias com vendedores avulsos e moradores de espaços urbanos segregados, impuseram exclusividade sobre a atividade ilícita e demarcaram âmbitos espaciais de exercício de poder. No contexto dessa transformação, a Grande Salvador e o interior da Bahia compuseram o cenário da centralização do comércio ilegal de drogas e da escalada de territorialidades criminais.

Os dados e os resultados apresentados neste excerto foram coletados por meio de uma triangulação de três técnicas de coleta (a observação direta, a entrevista em profundidade e uso de arquivo) ao longo do período de pesquisa de doutoramento. Neste tempo de intercurso, de comunicação entre coisas diversas, foram realizadas observações por três anos em três cidades diferentes, foram realizadas trinta e seis entrevistas agendadas, diversas entrevistas de caráter episódico e análise de diversas fontes de arquivos, públicas e privadas. Com base neste inventário, foram articulados os esquemas teóricos relacionados ao objeto e aos elementos factuais da atividade ilegal, como o seu desenvolvimento em conexão com outras regiões do país, sua territorialização, suas formas de regulação social dentro e fora do seu espaço de atuação, suas fragmentações organizacionais e suas formas de sociabilidade.

FUNDAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO COMANDO DA PAZ

Na Bahia, até o final da década de 1990, não havia modelos de organização criminal tais quais os originários do sudeste do país, descritos pela literatura especializada (AMORIM, 2004; TELLES, 2010; FELTRAN, 2011; BARBOSA, 2006). Estruturas empresariais, hierarquizadas, baseadas em domínios territoriais e em mecanismos de segurança, vigilância e proteção não existiam no mundo do crime local. O varejo de drogas ilegais era praticado a partir da livre iniciativa de vendedores avulsos e independentes. Neste formato, era permitida a concorrência, sem rivalidades

iminentes à atividade ilícita, e a manutenção da clientela estava associada à capacidade de suplementação e às políticas de preços e de qualidade.

Neste período, a atividade varejista de entorpecentes possuía uma dimensão de pequeno porte, dispersa em bairros da capital e do interior. A maconha era o principal produto das pequenas bocas de fumo, encontrado sempre em estado de escassez. Arquivos de jornais de importância local e regional documentaram apreensões de cocaína somente na segunda metade do século XX. Estas ocorrências se deram principalmente nos bairros de Água de Meninos, Cidade Baixa, São Joaquim e Pilar. Contudo, apesar da introdução e da comercialização desta outra mercadoria, o comércio de maconha permaneceu sendo o item básico e principal do mercado local até o início dos anos 2000.

Entre o final dos anos oitenta e o início dos anos noventa, duas bocas de fumo despontaram com a introdução da cocaína como produto proeminente, em dois dos espaços urbanos mais populares e segregados da cidade de Salvador. Uma no Morro do Águia, no bairro da Fazenda Grande do Retiro, e a outra no bairro da Engomadeira, na região do Cabula. Ambas emergiram com o formato semi-empresarial, distante da conformação orgânica e funcional característica dos atuais organismos criminais preponderantes, que se conectam por redes de contatos em todo o país, possuem arsenal bélico, e que garantem suplementação, abastecimento e reabastecimento da atual demanda permanentes.

Essas duas *lojas*² pioneiras foram fundadas e geridas, respectivamente, pelo ex-taxista Armando Alves da Silva, conhecido como Ravengar, e por três cabulenses (Ronaldo Gama Santos, Márcio Santos Cavalcante e Alexandre Gallo) que assumiram a atividade comercial ilegal, abandonada por um assaltante de bancos, que, até aquele instante, era o principal vendedor avulso naquela área. Em concorrência pouco conflituosa, pequenos centros de comércio de maconha irromperam na Cidade Baixa (área litorânea à Baía de Todos os Santos) e nos bairros da Baixa do Fiscal, Uruguai, IAPI, Retiro, Bom Juá, Santa Mônica, Pero Vaz, Caixa d'água, Pau Miúdo, Beiru, Liberdade, Cajazeiras, Pelourinho, além de cidades da Grande Salvador e do interior.

² Modo como os pontos móveis de varejo de drogas são chamados na Bahia.

Essas transformações, no entanto, não são os únicos elementos explicativos da conformação atual dos mercados de drogas baianos. Na Verdade, o recrudescimento do punitivismo e do encarceramento em massa no estado, a partir dos anos 1990, lança luz mais intensa sobre o fenômeno. Dados constantes na plataforma do SEAP³ demonstram a centralidade do sistema de justiça criminal e a expansão de uma estrutura de aprisionamento. De acordo com os arquivos constantes na plataforma virtual deste órgão, entre a década de 1990 e o final dos anos 2000, foram fundados mais de 60% dos conjuntos penais penitenciários do estado. Com isso, a disposição espacial do sistema prisional, concentrada até este momento entre Salvador e Feira de Santana, capilarizou-se se pelas diversas regiões do interior.

O conseqüente aumento da população carcerária desencadeou nas práticas dos internos um discurso consciente sobre suas condições ambientais e sobre o aparato institucional-legal. Algumas pesquisas sobre a questão (LOURENÇO E ALMEIDA, 2013, p. 45-76; LIMA, 2013, 2016, 2017; CONCEIÇÃO, 2015) demonstraram que, no final dos anos 1990, uma prática discursiva, com o objetivo de garantir direitos fundamentais e de melhorar as condições de sociabilidade (pacificação) entre os internos do Complexo Penitenciário da Mata Escura, resultou na criação de uma comissão representativa. Foram agentes penitenciários, lotados na Cadeia Pública e na Penitenciária Lemos de Brito, que designaram o grupo representativo emergente pelo nome de Comissão da Paz. Carlos Jazler da Costa, Genilson Lino da Silva, César Dantas de Rezende foram os seus principais fundadores e articuladores.

No limiar dos anos 2000, as reivindicações, por garantias institucionais e pacificação das interações, que fizeram a emergir a comissão, se redirecionaram ao mercado de drogas ilegais e o grupo se renomeou como Comando da Paz. A partir desta reorganização, o Comando da Paz, organização criminal de internos, em parceria com homens em liberdade, egressos ou não, aderiu a diversas modalidades de crimes. Adveio dessa metamorfose um processo de imposição de controle e do exercício de poder sobre espaços urbanos pobres e agregados através do recurso universal à violência. A banalização do uso de armas de fogo, como meio de solucionar conflitos, resultou na eliminação física de vendedores avulsos e de donos de pequenas bocas de

³ Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Bahia.

fumo, que resistiram à associação compulsória ao movimento de desenvolvimento e de expansão do domínio do comércio de drogas ilegais por organizações criminais.

O Comando da Paz, porém, não se manteve coeso por muito tempo. Com a transferência de lideranças da Cadeia Pública para a Penitenciária Lemos de Brito, a dinâmica da organização sofreu alterações. Éberson Souza dos Santos, Pitty, caracterizado como personalidade *autoritária* e *opressora*, gerou dissensões em torno da gestão e da *convivência* social dentro da estrutura do grupo criminal. Em função deste dissenso, Genilson Lino da Silva, Perna, identificando contradição em relação à cartilha do *pelo certo*, – código de conduta indicador do *justo* e do *injusto* – criou a organização criminal rival denominada de Caveira⁴. Essa fragmentação gerou uma explosão de competições violentas por controle comercial e expansão territorial nas ruas e nas unidades prisionais da Região Metropolitana de Salvador.

Com o desdobramento dos conflitos por exclusividade comercial, o controle exclusivo da atividade comercial ilegal e a construção de territórios de poder se espalharam por áreas específicas do meio urbano e do meio rural. Estas configurações urbanas, que foram dominadas por grupos criminais, são verossimilhantes às descritas por Sousa (2012, p. 39-112) como marginalizadas, segregadas. Com efeito, por meio da guerra, o Comando da Paz e a Caveira impuseram suas redes pela Grande Salvador e pelo interior do estado. Nesta etapa de alargamento de relações de poder e de controle sobre o varejo de drogas ilegais foram constituídos meios informais, explícitos ou tácitos, de regulação social através da imposição e incorporação de um aparato normativo informal.

Outro fator determinante desta nova fase de desdobramento dos mercados de ilícitos foi o processo de hierarquização no interior das estruturas criminais, como a base fundante de uma relação de autoridade e obediência, mas que, além da fundação destes fatores de coesão e estabilidade, implicou em fragmentação, em disputas internas e expansionistas e em ciclos de retaliação. Comparando com a literatura Internacional, o modelo proposto por Schneider (2013), que afirma que a estabilidade de um organismo criminal está associada com a complexidade de sua demarcação

⁴ Organização criminal extinta no início do ano de 2010, quando, a partir de uma de suas dissidências, teve origem a organização Bonde do Maluco (BDM).

hierárquica, não se aplica ao contexto aqui em questão. Ao contrário, no caso em descrição, a consolidação do poder da autoridade e da submissão da obediência se tornou o escopo da dispersão, da beligerante expansão comercial por domínios de mercado rivais, de uma política comercial exclusivista-hegemonista e de constantes crises de identidade e autoridade intraorganizacional.

As dissidências fragmentaram as organizações criminais e desencadearam o surgimento de novas organizações e novos domínios de mercado. No Litoral Norte e no agreste baiano, com forte atuação desde 2009, um grupo de operadores daquele mercado de drogas, liderado por José Francisco Lumes⁵ (Zé de Lessa), ao ganhar proeminência em relação ao grupo Caveira, adquiriu autonomia e, em 2013, se renomeou como Bonde do Maluco. Em outra região do estado, o Recôncavo Baiano, o Primeiro Comando do Recôncavo (PCR), originário da cidade de Nazaré das Farinhas, criado por Adílson Souza Lima, Roceirinho, foi rebatizado como Katiara. Essa mudança foi fruto dos rompimentos com antigos fornecedores estabelecidos em Salvador e, ao mesmo tempo, representou uma expansão comercial autônoma principalmente por áreas de maré.

O Bonde do Maluco e o Comando da Paz, maiores organizações do mundo do crime da Bahia, são também aquelas que mais desencadearam disputas internas e, conseqüentemente, mais estruturas criminais emergentes. Na capital, na segunda metade da década de 2010, outras duas estruturas criminais irromperam destas matrizes. Primeiro se formou o Bonde do Ajeita (BDA), sob o comando de Washington Davi da Silva, o Boca Mole, ex-membro do primeiro grupo supracitado, que cumpre pena no complexo penal de Serrinha desde o ano de 2013. Finalmente, Fagner Souza da Silva, Fal, ex-membro das três pioneiras organizações criminais aqui descritas, e Thiago Adílio dos Santos⁶, Coruja, ex-integrante do Comando da Paz, fundaram o grupo Ordem e Progresso (OP), no Bairro da Liberdade, conhecido pelos seus *grupos de ataque* intitulados Tropa da Ave, ou do A, e Tropa da Coruja.

No cenário atual, o Comando da Paz e o Bonde do Maluco, estruturas criminais inconciliáveis, atuam com base em alianças ou rivalidades em relação a todos as

⁵ José Francisco Lumes foi morto em operação militar no dia 04 de dezembro de 2019, no Mato Grosso do Sul.

⁶ Líder da organização criminal Ordem e Progresso, foi morto no dia 13 de agosto de 2020, em Cabo Frio, Rio de Janeiro, em uma ação que envolveu integrantes do comando Vermelho (CV) e do Comando da Paz (CP).

outras organizações do crime em atividade no estado. A Katiara é tacitamente aliada da primeira; a segunda, que aglutinou a extinta Caveira, mantém rivalidades pontuais e disputas por expansão com o Bonde do Ajeita. Esta rivaliza abertamente com o Comando da Paz e com a Katiara. Já a Ordem e Progresso empreita ciclos de competição e retaliações principalmente com o Bonde do Maluco. Originaram-se outros grupos que se autodenominaram, a partir de referências regionais, de cidade ou de região, e a partir de referências personalistas, como nome de lideranças, porém, no geral, ou são ramificações ligadas aos cinco maiores grupos ou são iniciativas relativamente independentes.

CONFORMAÇÃO LOCAL E INDEPENDÊNCIA RELATIVA

Para além dessas cinco principais organizações criminais denominadas, de caráter personalista e de caráter regionalista, persistem nesse mercado, por disjunções, algumas organizações independentes da lógica e da conformação local. Trata-se de estruturas de poder hierarquizadas, não demarcadas por nenhuma denominação, nem signos representativos, senha ou inscrição, opostas às políticas de expansão territorial e contrárias às práticas de competições violentas. Em outros termos, organizadas em torno da gestão comercial como mecanismo de expansão dos seus recursos, se estabeleceram dissociadas da política expansionista territorial comum aos outros grupos criminais. Como dito acima, o objetivo central dos grupos independentes é a amplificação comercial, no micro e no macro nível, dos recursos materiais estratégicos e a absorção de universos cada vez mais extensos de consumidores.

No que tange à geopolítica nacional do mundo do crime, essa independência se mostra factualmente relativa, na medida em que compartilham com os demais organismos do crime baiano as mesmas fontes de abastecimento e suplementação, quais sejam o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. Se formos comparar, a partir de um esquema analítico, modelos denominados e modelos relativamente independentes, a diferença fundamental está demarcada em uníssono na assunção, ou negação, de um *ethos* expansionista para fora dos limites territoriais por

meio do recurso universal à violência. Por outro lado, em comum, essas formações estão imbricadas nos mesmos fluxos de recursos materiais, rotas de abastecimento de armas, drogas e insumos.

A singularidade desses grupos, que se abstêm das guerras constantes por apropriação e controle territorial, tem suas raízes explicativas no processo histórico de suas formações. Desde o ponto de partida de seu desenvolvimento e de sua estruturação, o princípio fundamental desses organismos foi a construção de centros de abastecimento regionais, englobando cidades e regiões. Esta postura permitiu o desenvolvimento de vínculos fortes, quase sempre pacíficos e primordialmente mercantis com os diversos atores criminais locais. Foi esta relação social amistosa que lhes permitiram a manutenção da distância relativamente segura do ethos expansionista e de suas manifestações recorrentes baseadas no uso da força e de armas de fogo. Mesmo munidas deste capital social, criaram aparatos de segurança, vigilância e proteção nos seus perímetros de atuação, mas voltaram sua agenda prática à gestão, à dominação local e à relação mercantil com atores oriundos de qualquer espaço urbano e rural.

Em relação à dimensão geográfica do exercício de poder, a maioria dos organismos criminais da Bahia se pauta na dominação e no controle territoriais. Este fato específico é demonstrativo de que os confirmados influxos à reorganização de poder, oriundas de organizações criminais fundadas no sudeste do país, territorializadas e não territorializadas, não são definidores da amplitude das dinâmicas endógenas aos mercados de drogas locais. Na verdade, este modelo disjuntivo de operação e comercialização tem suas raízes explicativas numa história dos próprios organismos, perpassando por sucessões, golpes internos, crises de representação, divisões constantes, retaliação e objetificação da hegemonia e controle comercial.

A literatura (MANSO E DIAS, 2018; FELTRAN, 2018) clarifica a conformação da geografia e da geopolítica do mundo do crime no Brasil, suas redes comerciais internacionais, fundadas na parceria CV–PCC, no período que se estende entre a primeira metade da década de noventa e o ano 2016. No entanto, esta coalizão criminal de ampla dimensão não exerceu influência significativa em termos de pacificação das competições violentas inter-organizacionais deflagradas no estado

nordestino desde a emergência de organizações criminais no mercado de drogas local. Em outros termos, embora os grupos criminais locais suplementem suas estruturas materiais, drogas e armas, através, principalmente, de contatos de criminosos cariocas e paulistas, o acordo de longo período entre estes não representou guias normativas para a dinâmica do mundo do crime baiano.

A primeira organização criminal da Bahia, voltada para o controle do mercado de drogas ilegais, o Comando da Paz, desde sua fundação, contrata as suas mercadorias com o Comando Vermelho. Como descrito acima, este grupo se fragmentou e deu origem ao grupo rival Caveira, que estabeleceu fortes conexões comerciais com contatos filiados ao Primeiro Comando da Capital. Apesar dessas fontes de suplementação nunca terem sido exclusivas, a chamada *irmandade do crime*, parceria entre fluminenses e paulistas, descrita por Amorim (2005), nunca foi capaz de conter o banho de sangue em que mergulhou a Grande Salvador entre os anos de 2005 e 2015. Conforme dados do IPEA⁷, nesse período, as taxas de homicídios por cem mil passaram de (20,9) para (39,5).

Na verdade, os mercados de drogas ilegais territorializados, que emergiram no limiar dos anos 2000, trouxeram consigo dinâmicas e relações preexistentes – rivalidades originadas no interior do sistema prisional – que se mantiveram na relação intraorganizacional. Porém, a origem das micro e macro dinâmicas da atual configuração dos mercados de drogas ilegais tem origem no processo histórico de desenvolvimento de uma política expansionista e exclusivista, que, desde o início, tem, como seus principais objetivos, a construção de hegemonia comercial e hegemonia do exercício de poder. A partir desta lógica, baseada em competições expansionistas e ciclos de retaliação violentos permanentes, os espaços urbanos controlados por grupos autodenominados independentes são o pano de fundo de um comércio ilegal de entorpecentes centrado na gestão e expansão dos seus nichos de mercado.

TERRITÓRIO E EXPANSÃO

⁷ IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. Ipea, 2018.

O estabelecimento de territorialidades, compreendido como uma relação de poder exercida sobre a população, em âmbito espaço temporal, é a característica demarcatória dos mercados de drogas ilegais do estado da Bahia. Cada estrutura organizacional do crime, baseada num aparato normalizador informal, impôs normas regulatórias à conduta dos sujeitos dentro e fora dos seus limites espaciais de dominação. Com efeito, as práticas e as relações sociais se conjugam a uma nova gramática do crime, cujo fundamento é o controle comportamental no contexto de um perímetro e período de tempo, que pode levar de meses a anos, dependendo da configuração das disputas intergrupais. Uma das análises de Souza (1995, p. 77–116) sobre territórios está especificamente relacionada a mercados de drogas ilegais, diferenciando territórios contínuos e territórios descontínuos.

No contexto dos mercados de drogas ilegais da Bahia, este esquema, que diferencia âmbitos de dominação contínuos e descontínuos, é perfeitamente aplicável, na medida em que a baixa integração entre os mais diversos organismos criminais impossibilitou a continuidade dos espaços de dominação. Ou seja, este fenômeno impossibilitou a formação de uma topografia contínua e hegemônica de controle territorial, o que explica a ampla fragmentação e as disputas intraorganizacionais numa dimensão bairrista, na qual apenas uma rua ou avenida separa áreas de atuação de grupos criminais rivais. Na capital, os casos dos bairros de Tancredo Neves (Beiru) e da Sussuarana são exemplos profícuos do fenômeno da ampla descontinuidade, nos quais organizações criminais rivalizam pelo domínio do comércio de drogas.

Segregados, marginalizados e de subcidadania, esses espaços urbanos foram rapidamente submetidos a uma ordem institucional informal e ilegal. O desenvolvimento de territórios criminais se deu em áreas sem a devida cobertura institucional-legal, espaços de convivência de populações pretas e pobres. Ou seja, a topografia deste novo modelo de crime tem dimensão étnica, classista e geográfica. Em outros termos, oriundos de processos informais de urbanização, – excluídos existencial, sociopolítica e economicamente –, estes espaços populares e periféricos foram progressivamente submetidos à lógica de dominação e a imposição de um aparato normativo ordenado numa estrutura criminal. Numa palavra, tais redes

estruturantes de dominação decorreram, entre outros fatores, da ausência de Estado, cuja presença é quase exclusivamente verificada pela ostensividade e belicosidade.

O fator de instabilidade desta forma de domínio sobre o espaço urbano é a política expansionista territorial praticada pela maioria das organizações criminais. O ethos expansionista é a parte principal dos fundamentos da política externa destes grupos armados, que, com base de atuação em todo o estado, a partir de objetivos hegemônicas-exclusivistas, estão em permanente guerra e em ciclos de retaliações intermitentes. A assertiva de Schneider (2013), segundo a qual mercados de drogas instáveis apresentam maiores índices de violência, encaixa sem arestas nesse caso. Refletindo essa relação, a interminável instabilidade que engloba a maior parte dos âmbitos espaciais de dominação, os mercados passaram a investir em mecanismos de segurança, vigilância e proteção, ampliando arsenais e estabelecendo guaritas e seguranças diuturnamente.

O Bonde do Maluco se tornou a maior estrutura criminal do estado, impondo, por meio de disputas armadas, o controle sobre diversos territórios, em diferentes regiões. Na geopolítica das competições violentas, o grupo disputa a hegemonia com as outras quatro maiores organizações do crime local. Suas bases se espalharam por regiões como a Grande Salvador, o Litoral Norte, o Agreste, a Chapada Diamantina, o Centro-Norte, a Mesorregião Nordeste, o Sertão, a Costa do Dendê, estendendo-se para fora da Bahia com conexões pelo estado de Sergipe. No caso específico de suas redes de dominação na região da Chapada Diamantina, o grupo constituiu hegemonia num contexto de descontinuidade, de maneira que sua capacidade mercantil é predominante, e, na maior parte desta extensão territorial, é estável.

Em termos de dimensão e extensão dos domínios territoriais, o Comando da Paz e a Katiara são, respectivamente, a segunda e a terceira maiores organizações criminais em atividade no estado, que, além de possuírem bases de dominação na capital, estão presentes em diversas regiões do interior. O Comando da Paz (CP) compete, com o Bonde do Maluco (BDM) na Região Metropolitana de Salvador, no Agreste, no Litoral Norte, no Centro-Norte, na Mesorregião do Nordeste, no Sertão e por diversas cidades na região da Chapada Diamantina, diretamente ou através de estruturas criminais associadas, de caráter e de nomeação regional ou personalista.

Por seu turno, a Katiara, que se uniu, a partir de um acordo de não agressão com o Comando da Paz, estabeleceu suas redes comerciais e de relação de poder entre a capital e o Centro-norte, especialmente nas regiões de Feira de Santana e na região do Recôncavo Baiano, nas chamadas áreas de maré.

Na capital, as duas últimas fragmentações das estruturas criminais deram origem aos grupos Bonde do Ajeita (BDA) e Ordem e Progresso (OP). Com extensões de atuação menos amplas do que as organizações criminais supracitadas possuem bases de atuação por enquanto limitadas a Salvador, embora seus líderes sejam responsáveis pela suplementação de armas, drogas e insumos por diversas regiões. Numa parceria estratégica, tem desencadeado competições violentas por expansão, tendo como principal rival a organização Bonde do Maluco. As bases de atuação e as competições violentas permanentes destas estruturas criminais se estendem por bairros pertencentes às subdivisões administrativas soteropolitanas, como Cidade Alta, Cidade Baixa, Liberdade/São Caetano, Centro/Brotas, Subúrbio/Ilhas, Subúrbio Ferroviário, Cajazeiras, de Itapuã/Ipitanga, Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima e Valéria.

Essa geopolítica organizacional-territorial não é permanente, é cada vez mais fluida e transitória e vem sendo redispota ao longo dos anos de acordo com os interesses dos atores inseridos neste cenário fragmentado. A guerra por expansão territorial e por hegemonia comercial nestes mercados de drogas ilegais transformou a instabilidade numa condição estrutural e quase universal desta atividade ilícita na Bahia. Em outros termos, o ethos expansionista e os ciclos de retaliação são os fatores explicativos de competições entre organizações criminais, que, em comum, têm a mesma fonte de abastecimento de armamentos e de mercadorias. Ou seja, persiste, nas estruturas objetivas do crime local, uma política tática para fora, na direção do norte, centro-oeste e sudeste, e outra política, bem diferente, para dentro do perímetro estadual.

FLUXOS ENTRE REDES CRIMINAIS

As estruturas materiais e imateriais do mundo do crime cada vez mais abrangem um universo muito maior e mais amplo do que seu espaço de origem, de fundação. Com isso, drogas, armamentos, insumos, modelos estatutários, esquemas regulatórios, simbologias, assinaturas e senhas transitam por uma tessitura de amplitude nacional e Internacional, através de práticas associativas e de absorção, impostas, muitas vezes, na constituição de grupos e de forças de atuação no universo criminal, pelo recurso universal à violência letal. Em outros termos, no interior da rede do crime organizado (junção de instâncias legais e ilegais) recursos materiais e elementos simbólicos e comportamentais, como maneiras de agir e maneiras de ser, estão em constante fluxo por suas extensas e variadas conexões.

A literatura específica tem demarcado os elementos peculiares e gerais dessa transformação em toda a América Central e América Latina. Diversos autores (EWIG, 2017; ZUÑIGA, 2017; SAMPÓ, 2017; BAGLEY, 2013) vêm demonstrando a expansão dessas conexões internacionais, redes comerciais, relações de poder e de sociabilidades criminais nesta extensão regional. Os caracteres e as dinâmicas do crime têm sido descritos como de dimensão continental. Neste sentido, Zamorra (2016) demonstra as disposições autoritárias que impõem novas dinâmicas sociopolíticas; Ortiz et al. (2013) aponta para as relações do universo criminal com instâncias formais, públicas e privadas, e com o sistema financeiro; Echéveria (2015) identifica o polo de ação criminal no sistema prisional e Gil (2018) relaciona a expansão do crime organizado com as ocorrências de violência letal.

Nesta urdidura transnacional, na qual são protagonistas organismos criminais brasileiros, as linhas de seus limites e fronteiras, têm sido descritas e analisadas semelhantemente por Manso e Dias (2018) e Feltran (2018). No plano nacional, destacam a atuação das organizações criminais oriundas da região Sudeste do país, suas redes para dentro e para fora do território, com potenciais associativos de diferentes níveis, domínio direto ou suplementação. Manso e Dias (2018, p.333) apresentam dados que mapeiam a presença do Primeiro Comando da Capital por cada estado da federação, caracterizando seu influxo numa gradação entre baixa e muito

alta. O estado da Bahia, de acordo com esse esquema, está entre aqueles que estão sob influxo médio.

Embora a ascendência, nos mercados de drogas locais, das duas maiores organizações criminais do país, esteja numa gradação de grau médio, elas possuem importância tática na manutenção do abastecimento e do reabastecimento das demandas comerciais da atividade ilegal. Além disso, a conformação estatutária, os modos de funcionamento e os esquemas práticos de ação foram extremamente impactados pelos fluxos do crime entre cidades brasileiras do nordeste e sudeste. Porém, no conjunto de geoestratégias locais, a configuração do mundo do crime local permanece submetida, principalmente, a lógicas desenvolvidas internamente e em decorrência do processo originário de estruturação dos organismos criminais nordestinos.

O Primeiro Comando da Capital, o Comando Vermelho e a Família do Norte são as principais fontes de suplementação de entorpecentes e armamentos das principais organizações criminais da Bahia. Assim, o Comando da Paz e a Katiara mantêm relações comerciais com o Comando Vermelho e a Família do Norte. Por outro lado, o Bonde do Maluco, o Bonde do Ajeita e a Ordem e Progresso estabeleceram vínculos comerciais com o Primeiro Comando da Capital. Essas fontes de suplementação são as mesmas utilizadas pelos grupos armados independentes, regionalistas e personalistas. Enquanto os organismos independentes negociam diretamente com seus intermediários, a maioria dos grupos personalistas e regionalistas abastece por meio de contatos atacadistas, ligados às cinco principais organizações criminais no interior do estado.

Mesmo sendo a principal fonte de abastecimento dos mercados de drogas do estado, o PCC, que prefere a gestão à construção de territorialidades, não tem poder para pacificar ou unificar seus clientes, que competem entre si, recorrendo frequentemente a disputas armadas. A Katiara e o Comando da Paz, após alianças estratégicas e rivalidades pontuais, formaram vínculos fortes, como meio de proteção mútua, na capital, na região de Feira de Santana e no Recôncavo Baiano. Como condição para essa associação, a segunda estabeleceu que a primeira, que possuía múltiplos contatos na região sudeste do país, suplementasse suas demandas apenas

através do Comando Vermelho e da Família do Norte. Este modelo político expansionista-territorial, típico das organizações criminais cariocas (ZALUAR, 1994, 2000), exerce autoridade dentro e fora dos limites do Rio de Janeiro.

Apesar das intermitentes disputas locais, no decorrer dos anos 2000, o Comando da Paz e a Caveira⁸ tinham trânsito comercial com diferentes estruturas criminais brasileiras. O rompimento definitivo de vínculos comerciais entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando da Paz ocorreu no ano de 2010. Neste ano, dois integrantes da organização criminal paulista saíram de Mauá, trazendo consigo uma criança, e chegaram a Salvador portando uma carga de cocaína avaliada em R\$100.000,00 para ser entregue ao Comando da Paz. Camila Pedreira Frias e Jean Carlos dos Santos jamais receberam o pagamento pelo produto, nem voltaram vivos para São Paulo. Operadores do Comando da Paz, sob a liderança de José Roberto dos Santos, Robertinho, com aval de David Silva Vieira, o Gordo, recluso na época na Unidade Especial Disciplinar (UED), e o grupo de Daniel Santos Barreto, o Café, aplicaram um violento golpe na organização criminal paulista.

Tudo fora previamente calculado e planejado. O casal foi sequestrado, a criança que estava com eles foi abandonada, no interior de um veículo Eco Sport, na avenida paralela. Após a simulação de um sequestro, atribuído à polícia, foi negociado um resgate pela quantia de R\$50.000,00, o que foi prontamente pago. No entanto, o casal foi executado e enterrado em covas rasas na Avenida Queira Deus, no bairro de Portão, na cidade de Lauro de Freitas. Naquela madrugada de 9 de maio 2010, eles foram levados a uma área ecológica, local esmo, de difícil acesso, no qual, desde aquele então, se aplicavam sanções e se praticavam seviciamentos diversos. Camila foi amarrada numa árvore, enquanto o bando buscava Jean, que havia escapado. Ele foi capturado minutos depois, escondido na fundação de uma casa em construção, nas proximidades da mata atlântica remanescente.

No decorrer da sessão de tortura e de seviciamento, um micro empresário foi obrigado a abrir sua loja de material de construção, de onde foram levados cavadores, pás e enxadas. Tendo à disposição os instrumentos necessários à ocultação dos

⁸ Organização criminal extinta no início do ano de 2010, quando, a partir de uma de suas dissidências, teve origem a organização Bonde do Maluco (BDM).

cadáveres, o grupo levou até o final as ordens que emanavam do interior da Penitenciária Lemos de Brito. Moradores vizinhos ao local ouviram, como é frequente, pedidos de clemência e gritos de dor. De acordo com um dos sujeitos dessa pesquisa, e testemunha dos fatos, após a consumação de estupros sucessivos disparos de arma de fogo calaram as vítimas. No dia 23 de maio, os corpos foram encontrados em estado de decomposição e toda a trama, objeto de cochicho entre populares, começava a se tornar pública e ter um desfecho.

Antes de terminar o mês de maio daquele ano, o crime já estava esclarecido. A par dos detalhes, o Primeiro Comando da Capital começou a cobrar aos seus parceiros comerciais atitudes em relação ao Comando da Paz, que passou a ser o principal inimigo dos paulistas na Bahia. No dia 28 de maio de 2010, Renildo Santos do Nascimento, o Aladim, homem associado ao Comando da Paz, foi encontrado enforcado em suas próprias roupas numa penitenciária de segurança máxima em Catanduvas, no estado do Paraná. No dia 04/06/2010, sete dias após ser preso em Aracaju, capital sergipana, José Roberto dos Santos, autor intelectual do crime, foi encontrado morto numa das celas da Unidade Especial Disciplinar do Complexo Penitenciário da Mata Escura. Algum tempo depois, Daniel Santos Barreto, o Café, o principal executor do crime, foi assassinado enquanto esperava sua esposa nas imediações de uma igreja neopentecostal, no bairro de Vida Nova, em Lauro de Freitas.

A atual configuração do mercado de drogas no mundo do crime local é, entre outros fatores, desdobramento dos fatos acima descritos. Quer dizer, a morte dos integrantes da maior organização criminal do país por si só quebrou elos de confiança, feriu princípios adstritos ao mundo do crime e economicamente resultou em um prejuízo de pelo menos R\$150.000,00. A expansão organizacional do Bonde do Maluco tem elementos explicativos nestes sismas já que, em decorrência das cobranças do Primeiro Comando da Capital, muitos contatos comerciais foram obrigados a migrar do Comando da Paz para a Caveira. Este crescimento involuntário do Comando Caveira desencadeou, pouco tempo depois, o Bonde do Maluco, sob a forte Influência de José Francisco Lumes, o Zé de Lessa.

TRÂNSITO DE ESTRUTURAS IMATERIAIS

Pelas redes criminais estabelecidas entre estados e cidades de todo o território nacional transitam recursos que ultrapassam as estruturas mercadológicas e econômicas. Em outros termos, as trocas que são realizadas por malhas de transporte (terrestre, aquático, aéreo) abrangem mais do que a mercadoria em si, qual seja, armas e drogas. Na realidade, por meio desses diversos canais de comunicação, circulam modelos estruturais, funcionais, regulamentares, estatutários, simbólicos, que possuem ascendência demarcatória, representando factualmente elementos informais de socialização, de coerção e de coação. Considerando os devidos contextos de formação e de suas dinâmicas de atuação, estes elementos imateriais aproximam diversas organizações criminais brasileiras.

Embora cada mercado de drogas possua suas próprias dinâmicas, as primeiras organizações criminais brasileiras, descritos pela literatura específica (BARBOSA, 1998; ZALUAR, 2000; DOWDNEY, 2003; AMORIM, 2004; TELLES, 2010; MISSE, 2011), foram fontes de influência em todo o mundo do crime no Brasil. Na Bahia, essa influência foi fundamental no desenvolvimento do atual modelo estrutural criminal que prevalece no estado. Um dos fatores de maior relevância neste processo foi a demarcação de posição de autoridade intraorganizacional, o que estabeleceu relações de hierarquia funcional, modos de imposição de regulação e de sanções sociais e mecanismos de controle e expansão territorial, baseados no recurso universal à violência, especialmente os tipos definidos por Reuter (2009), disciplinar e de sucessão.

A violência disciplinar, meio estratégico regulatório, imposta às condutas sociais, para dentro e para fora dos grupos criminais, portadora de capacidade coercitiva, foi fundamental para o desenvolvimento da setorização ou divisão funcional nestas organizações e para a formação de um aparato normalizador, chamado de *pelo certo* no mundo do crime local. Através da hierarquização das funções, produziu coesão intra-organizacional, reduzindo as possibilidades de dissensões e ampliando a autoridade das lideranças estabelecidas. No decorrer do processo de remodelação dos mercados de drogas ilegais da região, o aparato normalizador estabeleceu regras

comportamentais, com a definição prévia de sanções punitivas de ações que abrangem desde a agressão verbal ao homicídio.

O regramento como elemento basilar do mundo do crime é identificado tanto no Brasil (ZALUAR, 2000; TELLES, 2010; FELTRAN, 2011; MISSE, 2011) bem como no seu homônimo de dimensão Internacional (DECKER, 1996; SCHNEIDER, 2013; FIORENTINI, 1999; ALBANESE, 2004). Na dimensão nacional, os aparatos normativos criminais são essenciais na definição e na consolidação de posições, de ganhos materiais e de estruturas de poder, que abrangem desde associação de novatos, até a sucessão de lideranças, que é muitas vezes violenta. Numa palavra, os dados apresentados neste excerto demonstram que os elementos impalpáveis do crime, com seus arranjos contextuais, contingentes ou não, circulam pelas mesmas vias de suas estruturas palpáveis.

Os signos e os símbolos demarcatórios são exemplos importantes desses trânsitos não materiais pelas redes criminais nacionais. Na Grande Salvador e no interior do estado, são notórias as insígnias que demarcam as áreas de controle das duas maiores organizações criminais. O BDM, representado pela inscrição “tudo 3” e pela senha “é noiz” explicita sua vinculação ao Primeiro Comando da Capital, quando o algarismo arábico 3 significa uma subscrição das 3 letras iniciais do nome da estrutura criminal originária do Sudeste. Por seu turno, o Comando da Paz, associado ao Comando Vermelho, evidencia publicamente a sua inscrição *tudo 2*, que demonstra seus vínculos fortes com os fluminenses.

Numa palavra, os elementos impalpáveis, os modelos de conformação e as estratégias de funcionamento, que são estruturantes de atividades criminais, transitam e suplementam mercados de drogas pelas mesmas malhas e fluxos de suas mercadorias. Assim, modelos operacionais, de hierarquização, de divisão funcional, de regulação social estão disseminados por todas as regiões do país. Ou seja, organizações criminais, que operam em espaços urbanos diversos, baseadas em fundamentos contextuais diferentes, conectadas por redes criminais muito mais amplas do seu espaço de atuação. Por meio das mais diversas vias de ligação e de comunicação, o mundo do crime compartilha influxos que moldam e remoldam suas dinâmicas por todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação de mercados de drogas hierarquizados, territorializados e belicosos ocorreu na interseção entre uma ordem institucional-legal, uma política de exclusão sociorracial, segregacional e o recrudescimento do encarceramento no estado. O amálgama desses fatores propiciou tanto o controle do sistema prisional, depósito das consequências do racismo estrutural e institucional, quanto o controle de áreas de origem destes detentos, habitadas, tais quais as prisões, por indivíduos excluídos existencial, social, econômica e politicamente. O fenômeno da exclusão que marca essa conformação é explícito, profícuo, de tal sorte que tanto os mecanismos típicos da violência oficial quanto o punitivismo do sistema de justiça criminal são direcionados às classes populares.

A estruturação das organizações criminais se baseou em um movimento impositivo de territorialização. Assim, os grupos que se desenvolveram se nominaram de acordo com a origem, a formação, a região, o nome de uma liderança, e constituíram espaços de relações de poder, tanto dentro do sistema prisional, quando em todo o perímetro estadual. A fragmentação dessas estruturas criminais engendrou múltiplas rivalidades, consolidando políticas expansionistas territoriais com fins hegemônicas e exclusivistas. Embora possuam uma relação comercial com as principais organizações criminais do país, as dinâmicas internas são um produto do processo histórico local.

As territorialidades, constituídas pelas regras impostas por esses grupos, são relações de poder exercidas no âmbito espacial sobre populações negras e pobres, através do uso de arma de fogo e do recurso universal à violência. Estes domínios territoriais, com raras exceções, são inconsolidáveis, descontínuos e instáveis, em decorrência das permanentes competições violentas por expansão. O principal fundamento dessa geopolítica expansionista foram os processos de partição que ocorreram por meio de antagonismos entre lideranças, resultando em golpes e assassinatos, razão pela qual os ciclos de retaliação são parte objetiva das disputas armadas. Como aspecto da dinâmica interna, essa política de guerra por territórios não

sofre influxo impositivo dos mercados de drogas externos, que, no macro nível comercial, suplementam as demandas dos organismos criminais baianos.

Estes territórios de atuação estão conectados na tessitura criminal mais ampla que abrange redes de cidades do Norte, do Centro-Oeste e do Sudeste do país. Sobre O Comando Vermelho, a Família do Norte e o Primeiro Comando da Capital, são as principais fontes de suplementação de armas, de munições, de drogas e de insumos das cinco maiores estruturas criminais originárias do estado. Apesar de exercerem pouca influência na geopolítica do comércio de drogas na Bahia, as duas maiores organizações criminais do país são uma referência para a atual configuração do crime no estado. Por meio de diferentes vias de ligação e de comunicação, estruturas organizacionais funcionais e estruturas estatutárias e simbólicas foram assimiladas e aglutinadas a outros elementos, papáveis e impalpáveis, de dimensão contextual.

Em suma, esses dados permitem uma compreensão do desenvolvimento dos mercados de drogas da Bahia, sua disposição topográfica, seu modelo operacional e funcional e sua posição nas malhas do mundo do crime que impactam sobre as sociabilidades da maior parte população do país. Esta sociografia representa, na mesma medida, uma empreitada no intuito de demonstrar as teias que associam a ordem institucional-legal e a ordem extralegal, ou seja, a complexidade das relações de poder e de sociabilidade no mundo do crime. No caso do Estado, de suas estruturas emanam a violência oficial e o punitivismo, direcionados a geografias, a etnias e a origens sociais, ou seja, direcionados a minorias qualitativas e quantitativas, às quais são submetidas, por meio de instâncias de controle social formal.

REFERÊNCIAS

ALBANESE, Jay. North American Organized Crime. **Global Crime**, New York, v. 6, n. 1, p.8-18, feb. 2004.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC**: a irmandade do crime. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BAGLEY, Bruce. The evolution of drug trafficking and organized crime in Latin America. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, V.71, p.99-123, jan.2013.

BARBOSA, A. C. R. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1988.

_____. **O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria. V.9, n.15, jan/jun. 2006, p.119-135.

CONCEIÇÃO, Thiago Neri da. **O comando é noiz**: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador. 171 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia/UFBA, 2015.

DECKER, Scott H. Collective and normative features of gang violence. **Justice Quarterly**, v.13, n.2, p.243-264, june. 1996.

DOWDNEY, Luke. **Crianças no tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

ECHEVERRÍA, Sebastián Salinero. El crimen organizado en Chile: una aproximación criminológica al perfil del delincuente a través de un estudio a una muestra no representativa de condenados por delitos de tráfico de estupefacientes. **Política Criminal**. Santiago, v.10, n.19, p.25-55, jul. 2015.

EWIG, Gabriel Tenenbaum. El crimen organizado de las drogas ilegales en el Uruguay del siglo XXI. Una aproximación normativa y cuantitativa. **Revista de la Facultad de Derecho**, Montevideo, n. 46, p.287-326, dic.2017.

FELTRAN, Gabriel De Santis. **Fronteiras de tensões**: política e violência nas periferias de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **Irmãos**: uma história do PCC. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, abr. 2018.

FIORENTINI, Gianluca. Organized crime and illegal markets. **Bouckaert B. e De Geest G. (a cura di), Encyclopedia of Law and Economics**, p. 434-459, 1999.

GIL, Raúl Zepeda. Ensayo Bibliográfico: Siete tesis explicativas sobre el aumento de la violencia en México, México, **Política y Gobierno**, v.25, n.1, p.185-211, ene./jun.2018.

LIMA, Antonio Dos Santos. **Rastros de fogo e sangue**: estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejistas de drogas na Grande Salvador. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFHC, Salvador, 2013.

____. **Competição violenta e controle territorial**: quadrilhas prisionais e conflito armado no mercado de drogas da Grande Salvador. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Brasil, v. 120, p.409-429, mai/jun. 2016.

____. **Rastros de fogo e sangue**: estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejistas de drogas na grande Salvador. 1. ed. Salvador: Edufba, 2017.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. A cultura do descontrole: notas sobre a dinâmica e a estrutura das gangues prisionais no estado da Bahia. IN____: LOURENÇO, Luiz Claudio; GEDER, Luiz Rocha Gomes (ORG.). **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013. p.45-76.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 1. Ed. Sao Paulo: Todavia, 2018.

MISSE, MICHEL. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ORTIZ, María Vanessa Romero; LÓPEZ, Jorge Loza; RAMOS, Felipe Machorro. Violência del crimen organizado relacionada a los sectores económicos en México: una propuesta de categorización. Santiago, **Polis: Revista Latinoamericana**, v.12, n.36, p.477-495, dic.2013.

REUTER, Peter. Systemic violence in drug markets. **Crime Law Soc Change**, v. 52, n. 3, p.275-284, 2009.

SAMPÓ, Carolina. Narcotráfico y trata de personas: una muestra de cómo el crimen organizado avanza en Argentina. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 12, n. 2, p.207-229, july/dec. 2017.

SCHNEIDER, Stephen. Violence, organized crime, and illicit drug markets. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.71, p.125-143, march. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “questão urbana” nas metrópoles brasileiras na virada do século XXI. In____: **O desafio Metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.39-112.

____.O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E; Gomes, P. C. da Costa; Correa, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. cap. 3, p. 77-116.

TELLES, Vera da Silva.**A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

____ **O Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZAMORA, Carlos Murillo. El crimen transnacional organizado como insurgencia no politica: la experiencia Centroamérica. **Revista Desafíos**, Bogotá, v.28, n.2, p.177-211, july/dec. 2016.

ZÚÑIGA, Valeska Troncoso. Narcotráfico y el desafío a la seguridad en la triple frontera andina. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v.12, n.1, p.103-130, jan./june. 2017.